DEPRESSÃO E SUICÍDIO NA SAÚDE COLETIVA: O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E SEUS DESAFIOS.

Autor(res)

Aline Gomes De Oliveira Nascimento
Luana Araújo Salustiano De Souza
Marian Da Hora Azevedo
Rebeca Da Conceição Dos Santos
Mariana Santos E Santos
Kaillany Dos Santos Campos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIME LAURO DE FREITAS

Introdução

A depressão é uma das condições de saúde mental mais comuns no mundo, afetando cerca de 300 milhões de pessoas globalmente. Essa condição causa sofrimento psicológico, aumento do risco de suicídio e prejuízo na qualidade de vida. Além disso, acarreta elevados custos financeiros e perda de produtividade no ambiente de trabalho. Trata-se, portanto, de uma condição de saúde mental amplamente prevalente, com impactos relevantes na saúde individual e coletiva. Diante disso, são necessárias estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento para reduzir seus efeitos na saúde global.
O ato intencional de tirar a própria vida é um grave problema de saúde pública, com impactos nas esferas interpessoais, econômicas e sociais, sendo uma das principais causas de mortalidade. Precedido por um sofrimento psíquico muitas vezes silencioso. No Brasil, observa-se um aumento nas taxas de suicídio nos últimos anos, o que exige ações mais sistemáticas e eficazes de prevenção.
A Atenção Primária à Saúde (APS), como porta de entrada do sistema, exerce papel fundamental na prevenção, no diagnóstico precoce e no manejo desses transtornos mentais, contribuindo para a redução do impacto na população. Embora existam diversas estratégias de prevenção, como as universais, seletivas e indicadas, sua divulgação e aplicação nem sempre são suficientes ou eficazes.
Ademais, a APS enfrenta desafios relacionados a lacunas no preparo dos profissionais, à articulação da rede de serviços de saúde mental, bem como a limitações de políticas, protocolos e recursos para atuação constante na prevenção e integração com serviços especializados. Além disso, fatores ambientais, como a poluição do ar e a exposição a metais pesados, têm sido associados ao aumento do risco de transtornos mentais, o que reforça a necessidade de ampliar o olhar da APS para os determinantes sociais e ambientais da saúde mental.

Objetivo

Este trabalho objetiva analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, os desafios e forças da Atenção Primária à Saúde na prevenção da depressão e suicídio. Especificamente, verificar estratégias de cuidado,

políticas públicas, fatores ambientais e lacunas na produção científica, com vistas à qualificação das práticas e fortalecimento das ações em saúde mental com foco na saúde coletiva.

Material e Métodos

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foi realizada uma busca avançada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), abrangendo as bases de dados Literatura Latino-Americanas e do Caribe em Ciência de Saúde (LILACS), Sistema Online de Análise e Recuperação da Literatura Médica (MEDLINE) e Biblioteca Virtual em Saúde Enfermagem (BDENF). Foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCs): “Suicídio". "Saúde mental" e "Saúde Pública", combinados com o operador booleano AND". resultando na seguinte estratégia de busca: Suicídio " AND " Saúde mental " AND " Saúde Pública ". Inicialmente, foram selecionados 365 artigos e, aplicando os critérios de inclusão, como texto completo, idiomas, inglês, português e espanhol, nos últimos 5 anos, restaram 94 artigos para análise. Após leitura e avaliação do conteúdo, 7 artigos foram selecionados para compor a amostra final deste estudo.

Resultados e Discussão

A análise integrada dos estudos revisados revela que os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), embora ocupem posição estratégica para a detecção precoce e manejo dos casos, demonstraram limitações significativas em sua atuação, marcadas por um modelo biomédico centrado na medicalização e encaminhamentos imediatos. O manejo da depressão, em especial, carece de abordagens psicossociais qualificadas e de intervenções contínuas, restringindo-se, muitas vezes, ao uso de psicofármacos. A escassa articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a ausência de ações preventivas sistematizadas e o esvaziamento de iniciativas como o NASF-AB comprometem o cuidado integral e contínuo, sobretudo em territórios vulnerabilizados.

Complementando esse cenário, um estudo conduzido nos sistemas de saúde da Mental Health Research Network (MHRN) revelou que cerca de 6% dos pacientes relataram ideação suicida frequente, sendo que 0,5% tentaram suicídio nos 30 dias seguintes e 3% em até dois anos. Isso motivou estratégias como uso da escala CSSRS, ensaio clínico SPOT, modelos preditivos com mais de 80% de precisão e a iniciativa Zero Suicide, destacando a importância de abordagens integradas na prevenção do suicídio.

Nesse sentido, autores apontam a necessidade de uma abordagem ampliada da prevenção ao suicídio, compreendendo-a como um processo contínuo, que inclui ações anteriores, durante e após a manifestação de risco. Essa visão rompe com a separação entre prevenção e tratamento, e destaca o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) como agente fundamental na promoção da saúde mental nas comunidades, com potencial para contribuir de forma mais eficaz na redução dos casos de suicídio.

Os resultados apontam que a maioria dos profissionais não se sentem preparados para lidar com a ideação suicida, conforme evidenciado nas pesquisas. As estratégias mais eficazes identificadas nos estudos incluem a educação em saúde, capacitação profissional, intervenções interdisciplinares e intersetoriais, e ações comunitárias, como rodas de conversa e programas escolares. Essas práticas reforçam a importância de políticas públicas integradas entre os setores de saúde, educação e assistência social, com foco no fortalecimento das redes de apoio e redução dos riscos psicossociais.

Além disso, a literatura aponta lacunas significativas na produção científica, especialmente no que diz respeito à saúde mental em contextos de violência, populações indígenas, impactos ambientais, desigualdade social e barreiras de acesso aos serviços. A falta de pesquisas que integrem essas dimensões dificulta o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e adequadas às realidades específicas dessas populações.

Por fim, os estudos também destacam que fatores ambientais, como a poluição do ar, presença de metais pesados e exposição a ruídos, podem afetar negativamente a saúde mental, aumentando os casos de depressão, ansiedade e até o risco de suicídio. Esses achados mostram que a Atenção Primária à Saúde (APS) precisa considerar os impactos do meio ambiente no cuidado em saúde mental, integrando esses fatores como parte essencial de uma abordagem mais completa e preventiva.

Em conjunto, os estudos analisados reforçam a necessidade de transformar o modelo de atenção vigente, priorizando abordagens integradas, territoriais e centradas na pessoa. A prevenção do suicídio, para além da clínica individual, deve ser entendida como um compromisso coletivo que envolve o fortalecimento das redes de cuidado, a qualificação das práticas profissionais e o enfrentamento das desigualdades sociais que impactam diretamente a vida das pessoas em sofrimento psíquico.

Conclusão

O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde é imprescindível para a prevenção do suicídio e o manejo da depressão, demandando a qualificação contínua dos profissionais, articulação efetiva com a Rede de Atenção Psicossocial e ampliação das estratégias intersetoriais. Ademais, torna-se urgente incorporar os determinantes sociais e ambientais ao cuidado em saúde mental, promovendo um modelo de atenção integral, territorializado e centrado nas necessidades individuais e coletivas.

Referências

PIMENTA, L. F. A. et al. Prevenção ao suicídio na atenção primária, na percepção de profissionais de saúde. Physis, v. 34, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/ww63phNnnNVmJVv8fjpVMkC/?lang=pt. Acesso em: 15 set. 2025.

TURNER, K. et al. Distinguishing prevention from treatment in suicide prevention. Int. J. Environ. Res. Public Health, v. 20, art. 5726, 2023. Disponível em: https://mdpi-res.com/d_attachment/ijerph/ijerph-20-05726/article_deploy/ijerph-20-05726.pdf?version=1683269404. Acesso em: 16 set. 2025.

SUÁREZ COLORADO, Y. P. Estrategias para la prevención del suicidio. Medicina UPB, v. 42, n. 1, p. 76-84, 2023. Disponível em: https://revistas.upb.edu.co/index.php/medicina/article/view/8175/7080. Acesso em: 16 set. 2025.

BASTISTA, M. N. et al. Programas de prevenção ao suicídio: revisão integrativa da literatura. Psicologia: Teoria e Prática, v. 24, n. 2, ePTPPA14095, 2022. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/05/1434302/camimomilapsico242-art02ing1.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

CAMPOS, R. O. et al. Estudos de saúde mental publicados nos últimos 25 anos na revista Ciência & Saúde Coletiva. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 25, n. 12, p. 4851–4862, dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.27932020. Acesso em: 17 set. 2025.

DICKERSON, A. S. et al. A scoping review of non-occupational exposures to environmental pollutants and adult depression, anxiety, and suicide. Curr. Environ. Health Rep., v. 7, n. 3, p. 256–271, set. 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7483936/. Acesso em: 17 set. 2025.

ROSSOM, R. C. et al. Connecting research and practice: implementation of suicide prevention strategies in learning healthcare systems. Psychiatric Services, v. 73, n. 2, p. 219–222, 30 jun. 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8716665/. Acesso em: 27 set. 2025.